



## **Projeto de Lei nº 14/2020**

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2021 e dá outras providências.

## **Emenda nº 03 (Modificativa)**

Fica modificado o *caput* do **artigo 20** do projeto de lei em tela, e suprimido o seu parágrafo único, passando a constar com a seguinte redação:

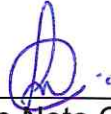
**“Art. 20.** Para efeito do disposto no inciso II do § 1º do art. 169 da Constituição Federal e nas Leis Complementares Federais nºs 101/2000 e 173/2020, os órgãos do Município ficam proibidos, no exercício de 2021, de conceder qualquer vantagem ou aumento de remuneração a seus servidores, de promover a criação de cargos, empregos e funções, de promover alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, salvo nas exceções contempladas no art. 8º da Lei Complementar nº 173/2020.”

## **Justificativa**

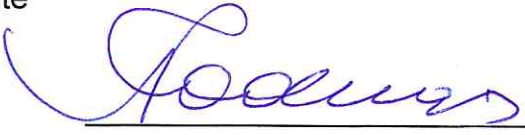
Esta emenda visa compatibilizar o artigo 20 do projeto com as disposições proibitivas recentemente instituídas pela Lei complementar federal nº 173/2020, de 27 de maio passado. Esta lei proíbe a prática de atos em geral que acarretem aumento de despesas com pessoal, até o final de 2021. A redação atual é totalmente incoerente com estas vedações, pois autoriza quaisquer atos de aumento salarial de servidores, criação de cargos e vantagens salariais, assim como não impõe nenhuma limitação à admissão de pessoal.

Sala das Sessões, 24 de junho de 2020.

Comissão de Finanças, Orçamentos e Tomadas de Contas

  
Francisco Neto Caetano  
Presidente

  
Sebastião Flavio de Paula  
Relator

  
Ademir Aparecido Rodrigues  
Membro